

Programa eleitoral

1. Razões da candidatura “Cidadãos por Lisboa”

A crise que levou às eleições intercalares de 2007 para a Câmara Municipal de Lisboa não foi apenas uma crise financeira. Foi uma crise de confiança e de credibilidade. E foi também um sintoma do declínio da cidade de Lisboa e da incapacidade até agora demonstrada para lhe fazer frente.

A candidatura “Cidadãos por Lisboa”, construída à volta da candidata independente Helena Roseta, é a nossa resposta a essa crise. Nasceu do apoio de 5.546 proposituras de eleitores lisboetas, que não se conformam com o estado da Câmara e da cidade. Lisboa precisa de mudar. Com uma nova atitude, uma nova estratégia e uma nova equipa.

2. Um programa de emergência para uma situação de emergência

Lisboa está numa situação de emergência. Precisa para os próximos dois anos de um programa e de um governo de emergência. Todos os eleitos devem contribuir para construir uma solução de governo política e financeiramente sustentável, capaz de inverter o rumo do descalabro e da descrença.

O nosso programa eleitoral é um contributo para o futuro Programa de Emergência que o executivo eleito deverá submeter à Assembleia Municipal. Não obedecemos a quaisquer hierarquias partidárias nem dependemos de poderes fácticos na cidade. O nosso programa é intencionalmente aberto à participação, sem preconceitos nem sectarismos. Por isso não é exaustivo. Aponta a direcção das mudanças que se impõem e ilustra com medidas emblemáticas o que defendemos. Não é um receituário ou um somatório de promessas vãs. É um compromisso da nossa parte e um ponto de partida para a escolha dos cidadãos nas próximas eleições.

3. Reabilitação e participação são as ideias chave da nossa proposta

O conceito de reabilitação que defendemos é um conceito global e transversal, que se deve repercutir em todos os sectores da vida da cidade. Esta atitude geral de reabilitação da cidade pressupõe reabilitar as condições da habitação, da mobilidade e circulação, do uso e fruição dos espaços públicos, de reconciliação entre a cidade construída e a natureza que a suporta. Mas também implica reabilitar a convivência, reanimar a actividade económica e comercial, restaurar o sentimento colectivo e individual de segurança e refazer o orgulho de ser lisboeta.

A reabilitação da cidade como um todo não será completa sem a participação dos cidadãos. A cidade não é só um tecido construído e um conjunto de funções e actividades. A cidade são as pessoas. Não é hoje possível governar cidades sem a participação sistemática dos cidadãos e das suas organizações nas decisões que a todos afectam. A democracia participativa é a chave do bom governo local.

Queremos tornar Lisboa mais sustentável, o que implica actuar em seis planos ao mesmo tempo:

- na qualidade de vida urbana
- na reabilitação social e cultural
- na qualidade ambiental

- na eficiência económica
- na qualidade do governo
- no alargamento da cidadania

Estes seis planos estão interligados e é preciso intervir em todos eles. Iremos detalhá-los, tendo porém em conta que esquecer algum deles é caminhar na direcção da insustentabilidade.

4. Reabilitar o espaço, melhorar a qualidade de vida

4.1 Recuperar e reutilizar as casas vazias

Reabilitar Lisboa significa acabar com o escândalo de milhares de prédios vazios, sinal do desajustamento entre o mercado imobiliário e os rendimentos das famílias. Nos últimos vinte anos, a cidade perdeu um terço dos seus habitantes. A carestia da habitação afecta sobretudo as classes médias, obrigadas a procurar casa cada vez mais longe do seu trabalho. São precisamente estas pessoas que engrossam todos os dias as filas de trânsito e se sujeitam a trajectos quotidianos cada vez mais demorados.

Mais do que construir novos bairros ou promover grande operações imobiliárias de multiplicação artificial de valor do solo, iremos recorrer à **acupunctura urbana**, conceito que implica fazer muito com pouco dinheiro, investindo cirurgicamente onde necessário.

Recorreremos a todos os instrumentos legais e municipais para promover a reutilização dos fogos devolutos. Como medidas emblemáticas, citamos:

- A criação de uma via verde para a reabilitação nos serviços da Câmara, por forma a tornar mais expedita a apreciação de processos
- A introdução de incentivos para melhorar a acessibilidade (em especial elevadores a partir do quarto piso e eliminação de barreiras arquitectónicas) e o desempenho energético de edifícios a reabilitar
- Uma utilização mais eficiente do IMI, com diminuição da taxa quando se realizem obras de beneficiação (ao contrário do que hoje sucede) e penalização do abandono
- A construção e divulgação de bases de dados fidedignas com valores de mercado de fogos para venda e aluguer, instrumento regulador indispensável para combater a opacidade e a especulação
- O estabelecimento de metas de reabilitação bairro a bairro, em colaboração com as juntas de freguesia, os proprietários e as associações e movimentos de moradores. O objectivo deve ser multiplicar oportunidades de reabilitação com especial incidência na procura da classe média e não apenas para os sectores mais favorecidos
- A celebração de um protocolo com o sector cooperativo para reabilitação de prédios e fogos devolutos de propriedade municipal ou pública
- O estabelecimento de condições de intervenção dos moradores nas decisões e na gestão dos bairros sociais, com especial atenção para os bairros construídos no âmbito do PER (Programa Especial de Realojamento)

- O acompanhamento da reversão para o Estado das habitações cedidas pelo Governo de Santana Lopes à Fundação D. Pedro IV em Chelas e o apoio à criação de mecanismos de co-gestão com os moradores
- O recurso aos programas públicos para a habitação, como o Proreabilita e o Porta 65
- O apoio a soluções diversificadas e acessíveis de alojamento para estudantes universitários

4. 2 Um novo paradigma de mobilidade

Reabilitar Lisboa implica uma mudança radical do paradigma de mobilidade até agora dominante. Recusamos a construção de mais infra-estruturas viárias concebidas para dar primazia ao transporte privado automóvel.

- Investiremos na ampliação da rede de corredores “bus”, com prioridade absoluta para o transporte colectivo
- Exigiremos a presença activa da Câmara Municipal no conselho de administração da Carris e do Metropolitano, enquanto não for criada a prevista Autoridade Metropolitana de Transportes
- Defendemos a revisão tarifária dos transportes públicos com introdução da tarifa familiar
- A frota de autocarros, eléctricos e elevadores deverá permitir o transporte gratuito de bicicletas, cadeiras de bebés e cadeiras de rodas
- Propomos a criação de uma estrutura de 5 ou 6 percursos de autocarros de grande frequência - o MetroBUS – com corredores exclusivos e paragens especialmente desenhadas para garantir a acessibilidade de todos
- Promoveremos medidas positivas de combate à discriminação dos cidadãos com necessidades especiais em termos de mobilidade, com especial atenção para invisuais, deficientes auditivos e deficientes motores.
- Será posto em prática um sistema de informação de congestionamento, em tempo real, através da rede de telemóveis
- O Plano de Mobilidade de Lisboa deverá definir as áreas críticas e os pontos negros e prever medidas para a sua reconversão ou eliminação, nomeadamente nos eixos principais e na segunda circular
- O programa Gertrudes deverá ser alterado por forma a aumentar a prioridade dos peões, nomeadamente nos atravessamentos
- Defenderemos medidas de abrandamento da velocidade no interior da cidade. As economias de tempo deverão ser conseguidas com ganhos de fluidez e não com aumentos de velocidade
- Apoiaremos a abertura das faixas de circulação rodoviária a veículos de duas rodas e a criação de condições de segurança que tornem Lisboa uma cidade amiga da bicicleta, bem como a criação de estacionamento para bicicletas

4. 3 Devolver o espaço público aos cidadãos

Reabilitar Lisboa também significa recuperar espaço público, a começar pelas ruas da nossa cidade. Não podemos continuar escravos do automóvel

particular, que entope o trânsito, galga os passeios, polui o ambiente e nos impede de fruir a cidade. Recuperar o espaço público implica cuidar também das praças, largos, avenidas, becos e escadinhas, que constituem o sistema arterial da cidade, a fim de devolver aos lisboetas e aos visitantes o direito e o prazer de andar a pé na cidade.

Para isso propomos:

- A criação de uma rede de ruas amigas do peão, em colaboração com as Juntas de Freguesia, com alargamento dos passeios, eliminação de barreiras arquitectónicas, remoção de obstáculos à mobilidade, boa iluminação e colocação de mobiliário adequado
- A disciplina do estacionamento, com promoção de maior civismo e respeito pelo espaço público, accionamento de penalizações progressivas por infracção e utilização mais eficiente e racional do estacionamento de superfície e subterrâneo existente
- O recurso a meios mecânicos, como os tradicionais elevadores eléctricos de Lisboa, para vencer os desníveis topográficos
- A promoção de hábitos saudáveis entre a população, nomeadamente a caminhada

4.4 Proporcionar o desporto para todos

A aposta no desporto faz parte das políticas necessárias para mudar o que faz mudar. O desporto ensina a ter atitudes ganhadoras, através do treino, do espírito de equipa e do brio. O poder local tem um papel importante na criação de condições para que a prática desportiva seja para todos – quer ao nível da actividade física, que ao nível da competição. A Câmara de Lisboa tem desempenhado essa missão por três vias: construção e manutenção de infra-estruturas desportivas, fomento da actividade desportiva e apoio a colectividades. Na prática, a primeira via é a que consome mais recursos municipais.

- Defendemos um Plano Estratégico Desportivo para Lisboa, bem como uma Carta Desportiva, com a indicação de todos os equipamentos disponíveis, com respectivos horários e formas de ingresso.
- Criaremos um passe desportivo que dê entrada em todos os equipamentos associados à Carta Desportiva de Lisboa.
- Apoiaremos os grandes eventos desportivos, que contribuem para a competitividade internacional das cidades, para a atracção turística e para aumentar a auto-estima dos seus habitantes.
- Manteremos relações de cooperação institucional transparente com todos os clubes desportivos, sem discriminação
- Apoiaremos a prática amadora de desporto, em articulação com colectividades e escolas, apostando em sinergias de proximidade e na boa gestão dos equipamentos existentes, que deverão ter utilizações mais flexíveis, quer a nível de horários, quer de públicos a quem os equipamentos se destinam.
- Promoveremos o acesso de todas as crianças que frequentam o 1º Ciclo do ensino básico à prática da natação e à aprendizagem do xadrez
- A política de concessões de equipamentos tem de ser muito bem monitorizada. Em muitos casos, uma “acupunctura urbana” poderá ser suficiente para dar nova vida a um património que pertence à cidade.

- Procuraremos estar atentos aos novos hábitos e estilos de vida e integrar ginásios, clubes de saúde e escolas de dança na rede desportiva de proximidade que deve existir em cada bairro.
- Especial atenção será dada à promoção do acesso de deficientes à prática desportiva

5. Reabilitação cultural e social

5.1 Cultivar a memória, antecipar o futuro

Uma das formas mais eficientes de reabilitar uma cidade em declínio é restaurar o sentimento de pertença e o orgulho local através da cultura e da divulgação do património. Lisboa tem recursos patrimoniais, culturais e históricos riquíssimos, com uma projecção europeia e mundial. Mas muitas vezes despreza ou trata mal aquilo que tem de melhor.

Lisboa precisa de uma visão culta de cidade. Proteger a memória não pode significar abandonar a ambição de inovar e de criar ambientes favoráveis à criação cultural. As cidades são feitas de memórias acumuladas que a cada geração cabe reinterpretar e acrescentar.

Propomos:

- Integrar o espaço público e os jardins da cidade em roteiros que funcionem como pulmões culturais, associando a função de lazer e passeio ao aprofundamento da memória, em ligação com a rede de “ruas amigas do peão”
- Recuperar com acupunctura urbana monumentos ou espaços de grande carga simbólica em Lisboa, como o Cais das Colunas no Terreiro do Paço
- Intervir em edifícios classificados em perigo de extinção com programas de reabilitação imediata, como no caso do Teatro Capitólio, que deve ser reabilitado, antes que caia, de acordo com o projecto original de Cristino da Silva, sem megalomanias e com verbas disponíveis das contrapartidas do Casino de Lisboa
- Devolver o Pavilhão de Portugal de Siza Vieira, no Parque das Nações, ao uso público permanente, nomeadamente à instalação de um Forum da Arquitectura e da Cidade, que poderá assumir o modelo de uma parceria publico-privada
- Articular as políticas de dinamização dos museus municipais
- Preparar a deslocalização da Biblioteca Municipal para as futuras instalações
- Rever a localização e o formato de eventos como a Feira do Livro
- Apoiar a realização de eventos de dimensão internacional, associados às indústrias culturais da capital e ao turismo
- Cruzar a agenda cultural do município com os restantes agentes culturais que actuam em Lisboa, promovendo sinergias e actuações conjuntas
- Apoiar a inovação cultural e os agentes criativos através de prémios, concessão de espaços, realização de eventos, exposições, etc.

- Apoiar a revitalização de zonas marcantes da memória e da vida da cidade numa perspectiva cultural, económica, social, comercial e turística, como é o caso emblemático da Baixa-Chiado, cujo plano deve ser revisto no sentido de um rápido aumento habitacional dirigido a camadas médias da população
- Abrir concursos internacionais de ideias para a reconversão urbanística de zonas críticas ou inabitáveis da cidade (por exemplo: Sete-Rios)
- Recuperar e assumir a memória popular e multicultural de Lisboa, através da toponímia e da divulgação da história das várias comunidades étnicas desde a fundação da cidade
- Criar oportunidades para a intervenção cultural e social de movimentos, associações ou empresas de jovens, como agentes indispensáveis de uma visão de futuro e inovação para Lisboa
- Multiplicar o acesso livre à Internet (banda larga) em locais públicos

5.2 Defender a igualdade

Lisboa é hoje uma cidade envelhecida, com uma vasta camada de população idosa na sua parte histórica e novas identidades em mudança em zonas que se transformaram rapidamente nos últimos vinte anos. A vida e as pessoas mudaram. Apesar de ser a cidade do país com maior número de quadros qualificados, é também lugar de exclusão: exclusão de idosos, remetidos à solidão e insegurança em bairros casa vez mais desertos; exclusão das mulheres, ausentes da decisão e de soluções pensadas para tempos e modos de vida que já não são os de hoje; exclusão dos jovens que não encontram emprego e habitação e retardam cada vez mais a sua própria autonomia; exclusão de crianças em bairros sem espaços públicos seguros; exclusão de imigrantes que são largamente discriminados na procura de habitação; exclusão das camadas mais pobres, realojadas através do PER mas que agora se debatem com a difícil convivência em bairros problemáticos e inacabados.

A promoção da igualdade implica uma óptica transversal a todas as políticas do município e passará por:

- Um Plano Municipal para a Igualdade, que promova o acesso de todas e todos aos recursos e serviços que a cidade oferece, sem discriminações baseadas no género, na idade, na deficiência, na religião, no país de origem, na etnia ou na orientação sexual
- Uma nova visão da cidade que não seja cega ao género e à diferença mas integre essas dimensões na sua concepção e funcionamento
- Promoção de acções positivas para grupos mais vulneráveis à exclusão e à violência, como famílias monoparentais, minorias étnicas ou famílias LGBT
- Instituição de canais regulares e periódicos de audição das várias organizações, movimentos e Instituições de Solidariedade Social, nomeadamente a reactivação do Conselho das Minorias Étnicas
- Criação de redes temáticas no âmbito da rede social de Lisboa
- Criação, em conjunto com as freguesias, de postos de informação para a igualdade
- Disponibilização de espaços para associações e movimentos cívicos de combate à discriminação

5.3 As políticas do cuidar

Há quem diga que a ética do futuro é a ética do cuidado que o ser humano coloca em tudo o que projecta e faz. O ideal do interesse pelos outros, nessa perspectiva, representa uma actividade de relacionamento, de sentir e responder às necessidades alheias por meio de uma rede de conexões tal que ninguém fique ao abandono.

É no cruzamento dos dois modos de ética (a ética da justiça, que se baseia no reconhecimento e garantia de direitos e a ética do cuidar, que privilegia a atenção ao outro) que se deve inserir qualquer prática responsável e actuante da cidadania.

As políticas municipais do cuidar desenvolvem-se no âmbito da educação, da saúde e da acção social e são complementares das obrigações constitucionais do Estado.

Defendemos:

- A extensão imediata da rede de creches e jardins de infância, notoriamente insuficiente, conjugando iniciativa pública, privada, cooperativa e social.
- Um maior empenhamento do município na construção, manutenção e funcionamento de creches, jardins de infância e escolas de 1º ciclo básico, nomeadamente nas áreas recém urbanizadas ou reabilitadas
- A actualização e implementação da Carta Educativa da cidade de Lisboa
- A criação de Centros de Recursos Educativos a nível de bairro, por forma a rentabilizar a sua utilização por agrupamentos escolares em parceria com as freguesias
- A convocação regular do Conselho Municipal de Educação
- A implementação da educação para a cidadania, do conhecimento da cidade e das boas práticas de vivência urbana, na linha das orientações do programa internacional Cidades Educadoras
- A dinamização de parcerias entre a Câmara Municipal e as instituições prestadoras de cuidados de saúde, com especial atenção para os grupos de risco e para as populações mais vulneráveis
- O apoio concreto às organizações e entidades que desenvolvem a sua actividade na área da luta contra a tóxico-dependência e contra a sida, visando a re-inserção social e profissional das populações atingidas bem como campanhas de informação e prevenção
- O estabelecimento de parcerias eficazes para o combate à exploração do trabalho infantil e para a protecção das crianças face ao tráfico organizado
- A cooperação com as instituições e entidades que promovem o acesso ao planeamento familiar e à educação sexual
- A cooperação com as instituições e entidades que apoiam a população sem abrigo da cidade
- A participação activa na rede social da cidade, em colaboração com a Santa Casa da Misericórdia, as juntas de freguesia, as IPSS as organizações religiosas e outras entidades, por forma a criar redes de resposta eficazes no apoio a idosos e deficientes dependentes, procurando sempre que possível manter o ambiente familiar com cuidados domiciliários, mas prevendo outras respostas em caso de necessidade

- Apoio, em colaboração com as freguesias, ao funcionamento de centros de dia e lares de idosos, bem como à monitorização das suas condições de funcionamento
- Promoção de práticas de envelhecimento activo, através de universidades de terceira idade, actividades culturais, recreativas e desportivas
- Promoção de práticas de solidariedade intergeracional para combater a solidão e gerar oportunidades de apoio às famílias

6. Aumentar a qualidade ambiental

6.1 Reconciliar a cidade com a natureza

Reabilitar Lisboa também significa que o seu território tem de ser entendido como um todo geográfico, que ultrapassa largamente as fronteiras do município e está em inter-acção com o sistema físico e bio-físico que o suporta. Não é possível governar a cidade se cada entidade pública utilizar o solo e o subsolo da cidade sem nenhuma articulação com o município e se a administração central continuar a tomar decisões sobre grandes obras públicas ou projectos estruturantes sem ter em conta a opinião da capital.

- O território de Lisboa é indissociável do rio Tejo. Iremos exigir do governo a aprovação de um plano integrado para o estuário do Tejo e a constituição de uma entidade gestora que tenha condições para o desenvolver e aplicar.
- Não aceitaremos que a Administração do Porto de Lisboa ultrapasse a sua vocação portuária para se transformar numa entidade de promoção imobiliária. É tempo de devolver ao município a responsabilidade pela administração de todo o território da cidade. E é tempo de não serem aprovados para a frente ribeirinha projectos que não tenham sido submetidos a debate público e à aprovação pela Câmara ou, se for caso disso, pela Assembleia Municipal.
- Queremos “esverdear” a cidade, não apenas defendendo e completando a estrutura verde principal do Plano Verde já aprovado, mas também cuidando dos jardins históricos e dos espaços verdes de bairro, salvaguardando as áreas húmidas e protegendo os logradouros contra a betonização.
- Retomaremos a construção participada de uma “Agenda 21” para Lisboa
- Defendemos o direito à árvore e a pedagogia da natureza, nomeadamente autorizando onde for aconselhável a prática de agricultura urbana.
- O triângulo estratégico para o sucesso desta orientação será articular município, escolas e associações, incentivando, sempre que possível, mecanismos de partilha de responsabilidades e co-gestão de espaços verdes à escala de bairro.
- Uma especial atenção será dada à utilização e fruição de espaços verdes por população idosa e por crianças, devendo adaptar-se em conformidade os horários e as condições de segurança dos jardins públicos.

6.2 Uma cidade mais limpa e saudável

As condições sanitárias da população estão intimamente ligadas com os seus estilos e condições de vida. Lisboa tem condições climatéricas excepcionais e deve proporcionar melhor qualidade ambiental aos seus habitantes. Isso implica, nomeadamente:

- Reforço do desempenho das actividades de limpeza e salubridade a cargo do município, com garantia de melhores condições de funcionamento dos respectivos serviços, campanhas de sensibilização e civismo e alargamento da recolha separativa
- Lançamento progressivo da recolha de óleos usados e sua reutilização como bio-combustível na frota municipal
- Prevenção da poluição sonora, com aplicação rigorosa da legislação por parte de todos os agentes
- Criação de zonas livres de publicidade no espaço público urbano
- Diminuição dos níveis de poluição atmosférica, através do controle de tráfego automóvel, com divulgação e sensibilização pública dos valores atingidos
- Auditorias energéticas em todos os edifícios municipais
- Campanhas de sensibilização para boas práticas relativamente à convivência com animais domésticos, cuja presença é cada vez mais importante face à crescente vivência de situações de solidão e insegurança
- Informação e prevenção contra ameaças à segurança sanitária, nomeadamente epidemias, vagas de frio ou calor e terrorismo biológico

6.3 Uma cidade mais segura

O melhor meio de garantir a segurança numa cidade é combater a solidão, em especial a dos idosos, e a desertificação de zonas inteiras da cidade, criando condições para que possam ser restauradas as relações de vizinhança. A comunidade vive mais segura “quando há olhos de sobra na rua”. O desgoverno da cidade, a falta de políticas sociais e urbanas, as mudanças de modos de vida e a exposição à globalização geraram processos de “guetização” que elevam o risco de criminalidade, a vulnerabilidade de certas camadas étárias, o sentimento de insegurança e o medo. Combateremos a marginalidade, a exclusão social e a delinquência numa perspectiva integrada. A protecção da comunidade, sobretudo em certas zonas da cidade, quanto a fenómenos de tráfico organizado, exige competências, meios e convergência de esforços que a cidade deverá ser capaz de catalizar.

Propomos como medidas emblemáticas as seguintes:

- O Município dever ter uma voz mais activa na definição e integração das diversas componentes da segurança pública, nomeadamente na complementaridade entre Policia Municipal e os restantes corpos policiais com intervenção na cidade
- Deverá ser posto em funcionamento o Conselho Municipal de Segurança e Protecção Civil e criadas, em colaboração com as juntas de freguesia, rotinas de participação designadas como “Diálogos de Segurança”

- Há que criar planos e programas específicos de segurança, quer a nível territorial, quer para grupos vulneráveis (Vigilância escolar, Acompanhamento de Idosos)
- Actualização do Plano Municipal de Emergência e criação de um Programa de Exercícios de Protecção Civil, com valor pedagógico para cidadãos ou grupos específicos (escolas, instituições sociais, etc)

7. Aumentar a competitividade e a eficiência económica

7.1 Ganhar tempo, apostar na inovação

Lisboa é hoje uma cidade desorganizada. Todos perdemos todos os dias um tempo precioso para cumprir as nossas tarefas quotidianas. A conciliação da vida privada com vida profissional é cada vez mais difícil. A prática da cidadania é impossível quando o tempo gasto em transportes ou no tratamento de questões burocráticas se torna exagerado. A resposta de muitos serviços municipais aos seus munícipes é morosa, os horários das diversas funções e actividades não são articulados por ninguém. Um dos recursos que temos de aprender a gerir colectivamente melhor é o tempo.

Precisamos de criar condições favoráveis à inovação de métodos, processos e produtos que nos permitam ganhar tempo, espaço, cosmopolitismo e competitividade.

Propomos:

- A criação de um **gabinete do tempo** para garantir uma melhor articulação de horários entre transportes, serviços municipais e públicos, escolas, comércio e actividades culturais e de lazer. O ideal será que este gabinete possa trabalhar com as freguesias a nível de bairro para promover ajustes locais que permitam a todos os habitantes dispor das comodidades quotidianas básicas num raio de dez minutos a pé da residência
- O lançamento de um concurso internacional de concessão de espaço público para actividades de animação de rua
- O incentivo à inovação na forma de prestação dos diversos serviços municipais
- O convite à participação das universidades, centros de investigação e camada estudantil universitária na procura de soluções inovadoras para responder às necessidades da vida urbana nos mais diversos sectores
- O apoio a programas de inovação públicos ou privados no tecido empresarial de Lisboa
- O apoio à internacionalização de produtos, actividades e serviços de origem lisboeta, nomeadamente na área do turismo e das indústrias culturais

7.2 Reanimar o comércio, dar nova vida à cidade

O comércio é a alma de uma cidade. Quando a população diminui e a crise económica aumenta, quando zonas inteiras da cidade se despovoam, quando os estilos de vida e os usos do tempo se alteram, o comércio tradicional definha e os mercados perdem a sua função animadora. Defendemos a

reanimação do comércio de proximidade, apostando no serviço personalizado, na qualidade dos produtos e na flexibilidade do serviço prestado.

Propomos:

- Definir um plano estratégico de reanimação comercial de Lisboa com participação das organizações representativas dos comerciantes e consumidores
- Implementar o regulamento de cargas e descargas e monitorizar os resultados da sua aplicação no descongestionamento do tráfego
- Gerir criteriosamente a localização de grandes superfícies por forma a não impedir a viabilidade do comércio de proximidade
- Maior eficiência e rapidez no licenciamento de espaços comerciais, nomeadamente no sector da restauração
- Defesa do direito à memória na preservação de espaços comerciais marcantes da identidade local e de bairro
- Apoio à modernização e inovação no sector comercial
- Articulação dos objectivos estratégicos do município em matéria comercial com a actividade das entidades fiscalizadoras, nomeadamente a ASAE

7.3 Promover o desenvolvimento empresarial, a criação de emprego e o turismo

As cidades são cada vez mais os grandes agentes do desenvolvimento económico de cada país. Lisboa tem vindo a gerar oportunidades crescentes de negócio em certos sectores, nomeadamente a restauração, o turismo e o imobiliário, mas tem perdido capacidade de atrair a inovação empresarial e social.

- Um dos maiores desafios para a reabilitação de Lisboa passa por tornar a cidade mais atraente para o desenvolvimento de actividades inovadoras, podendo o município agir como polarizador de condições logísticas e de informação. Parcerias com as universidades e centros de investigação sediados em Lisboa, bem como com as associações empresariais da cidade e da região, são essenciais.
- O município deverá integrar a perspectiva do desenvolvimento económico e da internacionalização na condução da sua política de relações externas, promovendo os produtos, os serviços e a capacidade de projecto instalada, nomeadamente a nível da arquitectura, uma das áreas em que Portugal é mais competitivo.
- O desenvolvimento turístico é uma das apostas bem conseguidas de Lisboa, em parceria com a Agência de Turismo de Lisboa, cuja actividade deverá continuar a ser estimulada pelo município. A animação turística de Lisboa depende porém da capacidade de reabilitação e/ ou valorização de zonas inteiras da cidade, nomeadamente da Baixa-Chiado, zona ribeirinha, Parque das Nações e Belém.
- Um dos factores da competitividade internacional de Lisboa é o seu aeroporto. A sua retirada da Portela para a Ota seria lesiva dos interesses da cidade. Defendemos a solução Portela+1, com a análise cuidadosa de todas as alternativas e a definição atempada de reserva de terrenos se se vier a verificar a necessidade de construir, no longo prazo, um novo aeroporto.

- A colocação de Lisboa nos circuitos internacionais depende, além do aeroporto, do porto e das ligações ferroviárias. Defendemos a urgente construção do troço de TGV entre Badajoz e Pinhal Novo, que pode ser realizada de imediato a baixo custo e permite uma rápida aproximação de Madrid, tanto mais que já existe ligação ferroviária (Fertagus) entre Pinhal Novo e Lisboa. A localização de uma nova travessia do Tejo para servir o TGV deverá ser muito bem ponderada e debatida publicamente na posse de todos os estudos exigíveis. Não aceitaremos nestas matérias decisões governamentais apresentada como factos consumados e sem fundamentação suficiente, por estarem em causa grandes investimentos públicos e infra-estruturas que irão condicionar todo o desenvolvimento territorial da região.

8. Melhorar a qualidade do Governo Municipal

8.1 Governar com transparência

Governar Lisboa implica pôr a Câmara Municipal ao serviço da cidade e dos lisboetas. O Programa de Emergência para Lisboa terá de assentar em três pilares: saúde financeira, boa gestão dos recursos humanos municipais e transparência das decisões urbanísticas. A transparência não custa dinheiro. Pretendemos:

- Transparência nas contas do município e do universo das empresas municipais – com publicitação no “site” da Câmara dos respectivos relatórios de gerência e resultados de auditorias externas, bem como consolidação das contas
- Transparência na gestão de recursos humanos, acabando com as práticas de contratação exagerada de assessores e com as nomeações políticas para as empresas municipais. O critério da fidelidade partidária tem de ser imediatamente substituído pelo critério da competência.
- Transparência nas decisões urbanísticas, substituindo o urbanismo autoritário ou laxista por um novo paradigma de urbanismo participado

8.2 Conseguir saúde financeira

Será equacionado no Programa de Emergência o recurso a um contrato de reequilíbrio financeiro nos termos da lei das finanças locais, mas o mais importante é definir um política orçamental sustentável e prazo. Lisboa precisa de equilibrar as suas contas.

- Do lado da despesa, isto significa racionalizar meios, consolidar as estruturas de gestão existentes e eliminar redundâncias. Será necessário reestruturar dívida, exigir mais dos serviços e menos de "pára-quadistas" exteriores, implementar a avaliação de desempenho dos funcionários da Câmara, a começar por todas as chefias, e levar a sério o controle de custos.
- Serão fortemente condicionadas ou terminadas todas as contratações de serviços externos para os quais exista capacidade interna de realização
- Será analisada e reestruturada a dívida a fornecedores, estudando a melhor solução para o seu financiamento e aplicando critérios transparentes e equitativos.

- Será solicitado a todas as direcções municipais a apresentação de um plano de redução de custos e implementado um sistema que premeie o bom desempenho
- Do lado da receita, a insuficiente execução foi a principal causa do desequilíbrio em 2006. Não se compreende, por exemplo, que em sede de IMI o orçamento municipal baixe a previsão desta receita quando o número de fogos devolutos é cada vez maior. Ou não se fizeram bem as contas ou não há capacidade para cobrar a tempo e horas o que é devido.
- Impõe-se um rigoroso controle orçamental da execução da receita, procurando maior justiça e progressividade da aplicação da fiscalidade local, nomeadamente em sede de IMI, devendo ser implementadas bonificações para os proprietários que adiram à via verde para a reabilitação ou introduzam melhorias de acessibilidade e eficiência energética nos seus edifícios.
- O sector empresarial municipal terá de ser cuidadosamente analisado no prazo de três meses. Serão identificados os casos susceptíveis de fusão ou dissolução, neste caso com reintegração de atribuições na CML.

8.3 Governar com os recursos que temos

Os recursos humanos da CML são fundamentais na equação de recursos a mobilizar para sair da actual crise.

Será necessário:

- Dispensar os “quadros partidários” que exercem funções de confiança política na Câmara;
- Definir um limite máximo de assessores por vereador
- Implementar a Gestão por Objectivos e promover a avaliação de desempenho
- Dada a disparidade de recursos humanos entre a Câmara e as freguesias, por um lado, e a necessidade de criar gabinetes de gestão de proximidade a nível de freguesia ou associação de freguesias, por outro, proceder-se-á, em colaboração com as freguesias, à desconcentração faseada de pessoal com essa finalidade.
- Serão implementados mecanismos de modernização administrativa e de circulação de informação entre serviços, tendo como principal critério aumentar a eficiência sem prejuízo da transparência.

8.4 Transparência no urbanismo

As Câmaras detêm um enorme poder de multiplicação de valor dos solos urbanos através do licenciamento da construção. Este poder tem de ser escrutinado e transparente. Propomos o seguinte:

- O pelouro do urbanismo deve ser um pelouro colectivo e participado por todas as forças políticas
- Deve ser montado um sistema de informação geográfica que contenha informação de cadastro, de gestão urbanística e de valores de mercado, a fim de permitir identificar, antes de cada decisão, a quem pertencem os terrenos abrangidos, quanto valem e quanto passarão a valer depois da decisão tomada.

- Deverá ser exigida pelo município a definição legal da recuperação pública das mais valias urbanísticas geradas por simples decisões administrativas
- Deverá ser criada uma ferramenta informática que permita a visualização por todos os interessados dos projectos urbanísticos antes da sua aprovação a fim de fomentar a participação informada dos cidadãos no debate sobre a sua cidade.
- O município deve contrariar a lógica da privatização anunciada de edifícios públicos com importantes funções tradicionais na cidade (hospitais e outros equipamentos pertencentes ao Estado). O património de Lisboa não pode ser alienado sem sequer ser ouvida a Câmara Municipal.

8.5 Por um governo glocal

Governar uma cidade é cada vez mais um exercício de poder ao mesmo tempo local e global, ou seja, glocal. Por um lado, Lisboa tem de ser governada à escala da capital que é e da região em que se insere. A liderança de Lisboa deve ser politicamente capaz de estabelecer pactos de cooperação institucional com todas as autarquias da área metropolitana. E em todas as decisões do governo central que afectam a vida da cidade – em especial no lançamento de grandes infra-estruturas – a voz de Lisboa tem de ser ouvida e ter peso. Lisboa precisa de ter um papel muito maior em decisões que são determinantes para a sua capacidade atractiva e para o seu desempenho como capital do país nos próximos trinta anos.

Mas a boa governança de Lisboa também implica uma nova visão do mapa autárquico, por forma a adequá-lo às exigências actuais e futuras de uma grande cidade.

Lançaremos neste mandato intercalar o debate sobre a reorganização e competências das freguesias, que deverão ter um papel cada vez mais importante em tudo o que sejam políticas de proximidade. Uma forma de o fazer sem prejudicar a história e identidade das freguesias mais antigas de Lisboa será através de associações de freguesia para obtenção de ganhos de escala. Em qualquer caso este debate só deverá ter lugar no mandato que se inicia em 2009. Nos próximos dois anos é tempo de emergência e de concentração de esforços nas prioridades imediatas e inadiáveis da política municipal.

9. Alargar a cidadania

Esta candidatura inspira-se na democracia participativa e constitui-se como movimento emergente de cidadãos dispostos a darem um contributo activo para o reforço e alargamento da cidadania local. Não haverá melhor cidade sem melhor cidadania, nem melhor cidadania sem melhor cidade.

A exemplo do que vem acontecendo em muitas cidades no mundo, estamos convencidos de que é possível governar com as pessoas e para as pessoas. É possível construir formas de participação inovadoras, que permitam, por um lado, melhor informação e escrutínio sobre as actividades e decisões

municipais, por outro, a partilha do poder do município com os munícipes que são a sua razão de ser.

Apoiaremos a criação ou dinamização de Conselhos Municipais que deverão reunir regularmente. Defenderemos a introdução de indicadores de opinião na gestão do município, para aferir da aceitação ou rejeição de medidas específicas.

Procuraremos dinamizar as sessões públicas da Câmara e da Assembleia Municipal e lançar as bases para a prática de programas e orçamentos participativos.

Promoveremos a introdução de ferramentas informáticas que facilitem o acesso às bases de dados que o município tem o dever de facultar a todos os interessados e lançaremos o debate público sobre todas as decisões de interesse para a cidade, em particular sobre projectos urbanísticos.

Promoveremos a construção de um **Roteiro para a Cidadania**, através de um portal que dê acesso público a uma base de dados de todas as organizações e movimentos que actuam no espaço da cidade, com referência aos seus objectivos e contactos. Esta é a verdadeira energia social de Lisboa, que resolve todos os dias inúmeros problemas, envolve muitos cidadãos empenhados mas não tem tido, até agora, a visibilidade que lhe é devida. É com esta energia social e cívica que queremos mudar a agenda e a vida na cidade de Lisboa.

10. Uma nova Carta dos Direitos Urbanos

Ao darmos desde já a voz ao cidadão, recolhendo sugestões e reclamações na rua e na Internet, apercebemo-nos de que muitas das preocupações reveladas se prendem com direitos constitucionais cuja garantia ultrapassa largamente a competência da Câmara Municipal. Mas há um conjunto muito grande de exigências em sectores que dizem respeito ao papel do município e em relação aos quais muitas pessoas se sentem descontentes e agredidas pela cidade. Se há um sentimento de agressão é porque haverá direitos essenciais que estão a ser violados, embora não estejam formalizados como tal. Elencámos assim, na linha dos movimentos internacionais em torno de proclamações como a Carta de Aalborg, um conjunto de direitos que consideramos como novos direitos urbanos, que é preciso reconhecer e procurar ir garantindo. O nosso desafio neste mandato é construir, com base na voz e na reflexão dos cidadãos, uma Carta dos Direitos Urbanos a aprovar em Assembleia Municipal.

A análise das reclamações até agora recolhidas em papel mostra a sua distribuição por direitos constitucionais, direitos dos munícipes e novos direitos urbanos, que juntamos em anexo.

A **Carta dos Direitos Urbanos** é um contributo que os Cidadãos por Lisboa querem dar à sua cidade – e é ao mesmo tempo um desafio para todos nós. Lisboa só mudará se cada um e cada uma se decidirem a fazer qualquer coisa para que isso aconteça – a começar pelo voto no próximo dia 15 de Julho.

Lisboa 29 de Junho de 2007